

# **Concurso público de Ideias e Exploração do Quiosque sito no Largo da Graça**

## ÍNDICE

<b>01. PREÂMBULO/INTENÇÕES .....</b>	<b>3</b>
<b>02. ENTIDADE PROMOTORA.....</b>	<b>3</b>
<b>03. OBJECTO DO CONCURSO .....</b>	<b>4</b>
<b>04. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>05. PROCESSO DO CONCURSO .....</b>	<b>5</b>
<b>06. DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS .....</b>	<b>6</b>
<b>07. CONDIÇÕES DE RECEPÇÃO DAS PROPOSTAS .....</b>	<b>6</b>
<b>08. ELEMENTOS A APRESENTAR.....</b>	<b>6</b>
<b>09. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....</b>	<b>7</b>
<b>10. EXCLUSÕES .....</b>	<b>8</b>
<b>11. CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>12. PRAZO PARA O INÍCIO DA ATIVIDADE .....</b>	<b>9</b>
<b>13. ADJUDICAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>14. JÚRI .....</b>	<b>9</b>
<b>15. ACTO PÚBLICO DO CONCURSO .....</b>	<b>11</b>
<b>16. AUDIÊNCIA PRÉVIA DOS CONCORRENTES .....</b>	<b>12</b>
<b>17. ANÚNCIO DO RESULTADO .....</b>	<b>12</b>
<b>18. CONFLITOS .....</b>	<b>12</b>

## PARTE I – REGULAMENTO

### 01. PREÂMBULO/INTENÇÕES

Os quiosques chegaram a Portugal por volta de 1870, inspirados nos modelos Parisienses que marcaram a época. Eram “pequenas boutiques na via pública para venda de jornais, flores, tabaco e refrescos...” como então alguém os descreveu. Chegaram ao Rossio, ao Passeio Público, à zona Ribeirinha; espalharam-se pela cidade, da Estrela a Carnide ou aos Olivais; vendendo chocolate quente, vinho a copo e capilé, flores, jornais ou lotaria.

O passar do tempo e a mudança de hábitos levou ao seu quase desaparecimento, mantendo-se os “sobreviventes” sem brilho durante décadas até serem redescobertos no final do século XX.

Neste princípio de século os quiosques voltaram; copiados, recriados ou reinventados, sendo novamente a coqueluche do espaço público Lisboa.

No Largo da Graça existe uma construção que serviu para descanso do controlador de tráfego da Carris e mais tarde para venda de bilhetes e passes. Não era considerado quiosque, por não ter as características que lhes são atribuídas, mas foi ganhando esse apelido com o tempo.

Trata-se de uma construção de 1928 com base em alvenaria, de secção retangular, sem balcão, com janelas para três lados e uma porta no restante. Cúpula em prisma triangular de base inferior, com remates triangulares para cada lado. Bordos de ferro trabalhado à volta.

Cedido pela Carris à Junta de Freguesia da Graça em 2008, com a reorganização administrativa passou a fazer parte da Freguesia de São Vicente.

Também a gestão do espaço público passou, com esta reorganização, a fazer parte das competências da junta.

Muitas têm sido as propostas de intervenção e os pedidos de informação sobre o futuro deste espaço, pelo que chegou agora a altura de decidir o futuro do “quiosque da Carris do Largo da Graça”. Assim, é aberto um Concurso de ideias, que obedecerá ao presente Regulamento.

### 02. ENTIDADE PROMOTORA

2.1. O Concurso é promovido pela Junta de Freguesia de São Vicente.

2.2 Toda a correspondência respeitante a este Concurso deverá identificá-lo e ser dirigida para o seguinte endereço:

## CONCURSO PÚBLICO DE IDEIAS E EXPLORAÇÃO DO QUIOSQUE DO LARGO DA GRAÇA

Rua Josefa de Óbidos, n.º 5- 1170-196 Lisboa

Telf.: 218 863 191

Horário de funcionamento: das 9:00h às 19:00h

E-mail: [quiosque@jf-saovicente.pt](mailto:quiosque@jf-saovicente.pt)

### 03. OBJECTO DO CONCURSO

3.1. O Concurso tem por objeto a seleção da melhor proposta para exploração do quiosque do Largo da Graça, que melhor dinamizar o espírito empreendedor, distinguindo a capacidade de iniciativa e que seja portador de novas ideias de negócio, concretizadas na ambição de construir um plano de negócios.

3.2. O quiosque será entregue nas condições físicas em que é lançado a concurso, sendo as obras de adaptação do interior eventualmente necessárias da responsabilidade do adjudicatário.

3.3. A taxa mensal referente à exploração do quiosque tem o valor de € 1250,00 (mil duzentos e cinquenta euros).

### 04. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. As propostas deverão ser entregues entre o dia 7 de Abril e o dia 28 de Abril de 2017.

4.2. Podem concorrer todas as pessoas singulares ou coletivas que não se encontrem em qualquer uma das situações de impedimento previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual.

4.2.1. As pessoas singulares ou coletivas também poderão concorrer sob a forma de agrupamento, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento possuam condições legais adequadas ao exercício da atividade proposta.

4.3. Qualquer equipa concorrente só pode apresentar uma proposta.

4.4. Não poderão concorrer nem colaborar, a qualquer título, com um concorrente, constituindo, como tal, impedimentos:

a) Os membros do Júri e eventuais consultores do mesmo;

- b) Os trabalhadores e agentes da Junta de Freguesia de São Vicente;
- c) Os membros dos órgãos com competência para a designação de jurados, que não declarem impedimento, nos termos das disposições aplicáveis do Código do Procedimento Administrativo;
- e) Os sócios e colaboradores permanentes dos intervenientes referidos nas alíneas anteriores;
  - 1) Considera-se colaborador toda a pessoa singular ou coletiva que à data de abertura do Concurso ou durante o procedimento, tenha com qualquer membro do Júri, de forma repetida ou eventual, uma relação ou vínculo jurídico permanente ou temporário, no âmbito de uma prestação de serviços acordada.
- f) O cônjuge, parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau da linha colateral dos intervenientes referidos nas alíneas a) a c).

## **05. PROCESSO DO CONCURSO**

### **5.1. CONSULTA**

O Regulamento do Concurso e anexos estão disponíveis para consulta on-line [www.jf-saovicente.pt/quiosque/](http://www.jf-saovicente.pt/quiosque/).

5.1.1. A versão completa do Processo está patente, apenas para efeitos de consulta, todos os dias úteis, durante o horário de funcionamento, na sede da Junta de Freguesia de São Vicente, sita na Rua Josefa de Óbidos, n.º 5, 1170-196 Lisboa.

### **5.2. ELEMENTOS QUE INSTRUEM O PROCESSO**

O processo do concurso é constituído por:

#### **- PARTE I**

Anúncio do Concurso

Regulamento do Concurso

#### **- PARTE II (elementos gráficos)**

Plantas de implantação

Desenho de alçado, cortes

Documentos Anexos:

Declaração de não dívida

Comprovativo da receção da proposta

## **06. DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS**

6.1. Os potenciais concorrentes poderão solicitar ao Júri, para o endereço eletrónico, dirigido ao seu Presidente e dentro do prazo fixado no calendário, quaisquer pedidos de esclarecimento que se relacionem com o Concurso, não sendo considerados os pedidos recebidos depois do termo do referido prazo.

6.2. Compete ao Júri a elaboração das respostas aos pedidos de esclarecimento, referidos no número anterior.

## **07. CONDIÇÕES DE RECEPÇÃO DAS PROPOSTAS**

7.1. Os elementos a apresentar nos termos e nas condições do presente regulamento deverão ser entregues, preferencialmente por mão própria, no local referido em 2.2, impreterivelmente até às 17.00 horas do último dia do prazo previsto para a sua entrega, não se admitindo qualquer tolerância para além da hora limite atrás fixada.

7.1.1. No caso de remessa através dos serviços postais, a mesma terá de ser efetuada sob registo e com aviso de receção, mas sem indicação do nome do remetente inscrito no exterior dos respetivos volumes, e enviada para o endereço constante em 2.2; neste caso, o aviso de receção servirá de recibo e o concorrente será o único responsável pelos atrasos ou extravios que eventualmente se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação, na hipótese da receção da proposta se verificar já depois de esgotado o prazo limite máximo, definido nas condições do número anterior.

7.2. No ato da entrega da proposta, será entregue aos concorrentes um recibo comprovativo da receção da mesma que mencionará a data, hora e o número de ordem de entrada da proposta recebida.

7.3. A Junta de Freguesia de São Vicente será responsável pelas propostas apresentadas, desde a receção até à sua devolução aos concorrentes.

## **08. ELEMENTOS A APRESENTAR**

A proposta e os documentos exigidos, nos termos do presente Regulamento, devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de o não serem, ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e

em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

### 8.1. Peças escritas

As peças escritas devem ser entregues pelos concorrentes, em folhas de formato A4, dactilografadas ou impressas, constituindo um único documento indecomponível, criado por processo que impeça a sua separação ou acréscimo de folhas, devendo possuir todas as suas páginas numeradas, de forma que a primeira página escrita de cada fascículo mencione o número total de folhas.

Deverão ser entregues as seguintes peças escritas:

Estudo de projeto-tipo da arquitetura da obra interior de adaptação do espaço. Para visualização da tipologia arquitetónica e de distribuição de espaço pretendido, deverá ser apresentada uma memória descritiva e justificativa do projeto e um estudo prévio de arquitetura ou, em alternativa ao estudo prévio, uma imagem em 3d, um esboço desenhado ou uma fotomontagem tão aproximados quanto possível do objetivo pretendido para as instalações a explorar (no caso de vários, é suficiente a apresentação de um exemplo de cada tipologia proposta), que comporte também os produtos a comercializar e/ou serviços a prestar, horário de funcionamento pretendido, número de postos de trabalho a criar e estimativa de custos.

### 8.2. DOCUMENTOS

- i. Currículo do concorrente, ou da pessoa coletiva concorrente, e, neste caso, dos representantes da pessoa coletiva candidata.
- ii. Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e se for caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
- iii. Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pela repartição de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal, de acordo com o previsto no artigo 3.º do Decreto-lei n.º 236/95, de 13 de Setembro e, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
- iv. Declaração de não dívida à Câmara Municipal de Lisboa e à Junta de Freguesia de São Vicente.

## 09. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Os elementos a apresentar pelos concorrentes devem ser referenciados e acondicionados em conformidade com os seguintes preceitos:



9.1. Devem ser apresentadas em invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve escrever, exclusivamente, a palavra “**proposta**”.

9.2. Os documentos referidos em 8.2 devem ser apresentados noutro Invólucro também opaco e fechado, em cujo rosto se escreve, exclusivamente, a palavra “**documentos**”.

9.3. Os Invólucros referidos nos números anteriores são, por sua vez, acondicionados num outro Invólucro, opaco e fechado, em cujo rosto deve constar, única e exclusivamente, a identificação do presente concurso: “**Proposta para Concurso público de Ideias para a Exploração do Quiosque sito no Largo da Graça**”

9.4. As inscrições nos Invólucros devem ser impressas ou dactilografadas.

## 10. EXCLUSÕES

10.1. É condição bastante para a exclusão, em Ato Público, da proposta apresentada por um concorrente, nas seguintes situações:

10.1.1. A entrega/receção do trabalho após a data e hora limite mencionadas.

10.1.2. A comprovação, pelo Júri, de que o projeto é inaceitável por não cumprimento das condições estipuladas no presente Regulamento.

10.2. A exclusão de um concorrente será fundamentada pelo Júri e constará da ata da reunião em que tal decisão ocorrer, bem como do relatório do Júri, sendo do facto dado conhecimento ao concorrente em causa, aquando da continuação do Ato Público do Concurso (Anúncio da proposta de classificação).

## 11. CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

11.1. Qualidade da solução entendida nas seguintes componentes:

- Originalidade, Inovação e Pertinência da solução proposta, programática e conceptual, expressas como uma mais-valia para a freguesia, tendo em conta o carácter público do espaço;
- Integração e Articulação da Proposta com a Envolvente;
- Capacidade de valorização do espaço envolvente e de atratividade da Proposta;
- Respeito pelas características do local.

11.2. Os projetos serão avaliados de acordo com os seguintes critérios e pontuação:



- Critério Ponderação Grau de inovação da ideia: 30% (0 a 6 pontos);
- Exequibilidade da ideia: 25% (0 a 5 pontos);
- Qualidade da apresentação: 10% (0 a 2 pontos);
- Desenvolvimento da ideia (maturação do projeto): 15% (0 a 3 pontos);
- Impacto para o território da Freguesia: 20% (0 a 4 pontos).

11.3. Cada elemento do júri irá avaliar os projetos, os quais serão pontuados de 0 a 20, de acordo com os critérios acima apresentados. O vencedor do Concurso será aquele que obtiver maior pontuação, após a soma das pontuações individuais de cada um dos jurados, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PT = SVJ / NEJ$$

PT = Pontuação Total;

SVJ = Soma Votos Júri;

NEJ = Número de Elementos do Júri

## 12. PRAZO PARA O INÍCIO DA ATIVIDADE

12.1 - A atividade a exercer no espaço a concurso deverá ser iniciada pelo adjudicatário no prazo de 45 dias após a notificação de adjudicação, sob pena de se considerar desinteresse por parte daquele, dando-se por concluso o presente procedimento concursal, ou procedendo-se, quando for caso disso, à adjudicação ao segundo classificado e assim sucessivamente.

## 13. ADJUDICAÇÃO

13.1 – Dez (10) dias após o recebimento da notificação de adjudicação, o adjudicatário deve liquidar o valor referente à taxa de ocupação relativa ao primeiro mês de atividade (€1250,00).

## 14. JÚRI

14.1. O Júri do Concurso será presidido pela Sra. Presidente da junta de Freguesia de São Vicente, Natalina Tavares de Moura e integrará os seguintes elementos:

- José Afonso Resende dos Santos Dias (Tesoureiro)
- Rita Nunes Esteves Tavares de Moura (Secretária)
- Maria Teresa Colaço Alegre Branco (Jurista)

Suplentes:

- Carla Cristina Cardoso dos Santos Fernandes Rodrigues
- Vanda Eduarda Pimentel Rodrigues Pereira

14.1.1. O despacho constitutivo do Júri deve indicar os elementos suplentes dos elementos do Júri, que os substituem nas suas faltas e impedimentos.

14.2. O Júri poderá solicitar pareceres, sobre os projetos apresentados, aos especialistas que considerar necessários e relevantes na análise das propostas, a título consultivo e sem direito a voto.

14.3. As entidades representadas no Júri, em simultâneo com a nomeação dos seus representantes efetivos, indicarão também os respetivos suplentes, com iguais poderes para os representarem nos trabalhos do Júri, quando das suas faltas ou impedimentos.

14.4. O Júri entra em exercício de funções, a partir do dia útil subsequente ao envio para publicação do Anúncio do Concurso.

14.5. Na sua primeira reunião o Júri deve eleger, de entre os seus membros, o Relator, bem como designar um secretário, de entre o pessoal dos serviços da entidade promotora.

14.6. As reuniões do Júri devem ser efetuadas com a presença de todos os seus membros, das mesmas serão lavradas as respetivas atas que, depois de aprovadas, serão por eles assinadas.

14.7. As decisões do Júri serão tomadas por maioria simples de voto e não poderá haver abstenções.

14.8. O Júri, com base nos critérios gerais de avaliação definidos em 11., avaliará cada uma das propostas apresentadas a Concurso devendo as apreciações e as suas respetivas fundamentações constar das atas das reuniões em que tenham lugar.

14.9. O Júri só abrirá o Invólucro dos “Documentos” referido em 8.2., depois de apreciados e classificados os elementos constantes do Invólucro do “Proposta” referido em 8.1..

14.10. Não são admitidas classificações *ex aequo* de dois ou mais concorrentes.

14.11. O Júri poderá deliberar, em face das propostas apresentados e quando a nenhum tenha sido reconhecida qualificação em termos de valor absoluto, o não prosseguimento do Concurso, devendo fundamentar detalhadamente tal opção, a qual deve constar da ata da reunião em que tal decisão ocorrer e do seu relatório.

14.12. As deliberações do Júri manter-se-ão secretas até ao anúncio público da proposta de classificação.

14.13. O Júri elaborará um relatório, no qual justificará as classificações atribuídas em função dos critérios adotados, que será assinado por todos os seus membros, devendo também ser exarados no relatório eventuais declarações de voto.

14.14. As deliberações do Júri têm carácter técnico vinculativo relativamente à hierarquização ou à qualificação como inaceitáveis das propostas.

## **15. ACTO PÚBLICO DO CONCURSO**

15.1. Pelas 10:30 hora do 1.º dia útil imediato à data limite para a apresentação dos trabalhos, o Júri, em sessão pública, que terá lugar no local referido em 2.2., procede à abertura do Ato Público. O Júri atribui um número a cada um dos invólucros recebidos e escreve esse número nos mesmos. O Júri, à medida que procede à abertura dos invólucros exteriores, escreve nos respetivos invólucros interiores o número que foi escrito naqueles. O invólucro “Documentos” é guardado num invólucro opaco e fechado, assinado por todos os elementos do Júri, após o que este procede à abertura do invólucro “Proposta”. Por fim, informará os presentes do local, data e hora da continuação do Ato Público, interrompendo este de seguida.

15.2. O Júri passará depois, em sessão privada, à avaliação dos projetos, com base nos critérios gerais de avaliação definidos em 11., e em conformidade com a respetiva ponderação.

15.3. Na data e demais condições fixadas para prosseguimento do Ato Público, o Júri fará aos concorrentes o anúncio da sua proposta de classificação, a qual constará do relatório que será disponibilizado, para posterior consulta, no âmbito da audiência prévia.

15.4. Reaberta a sessão pública, serão anunciados os concorrentes admitidos bem como os admitidos condicionalmente e os excluídos, e fundamentadas, nestes dois últimos casos, as respetivas razões, procedendo-se de seguida, ao anúncio da classificação proposta pelo Júri.

15.5. Cumpridas as formalidades previstas nos números anteriores, o Júri esclarece os concorrentes presentes ou seus representantes sobre a função da Audiência Prévia e, após fazer-lhes a entrega dos documentos que a informam, dá por encerrado o Ato Público.

15.6. De cada sessão do Ato Público do Concurso lavrar-se-á ata que será assinada por todos os membros do Júri.

15.7. As deliberações do Júri tomadas no âmbito do Ato Público são notificadas aos interessados, no próprio ato, não havendo lugar a qualquer outra forma de notificação, ainda que não estejam presentes ou representados no referido ato os destinatários das mesmas deliberações.

15.8. Cópias das atas das reuniões efetuadas pelo Júri serão fornecidas aos concorrentes que o solicitarem, aquando da sessão de anúncio da proposta de classificação.

15.9. Aos concorrentes que não estiverem presentes nas sessões públicas do Ato Público do Concurso, nem nelas se fizerem representar, e que o solicitarem, a entidade promotora enviará, pelos serviços postais, sob registo e com aviso de receção, os documentos referidos no número anterior.

15.10. Aos concorrentes admitidos condicionalmente será dado o prazo até 5 dias úteis a contar a partir do Ato Público para que apresentem os documentos omissos ou incorretos.

## **16. AUDIÊNCIA PRÉVIA DOS CONCORRENTES**

16.1. A classificação proposta pelo Júri será objeto de Audiência Prévia dos concorrentes que, tomará a forma escrita, nos termos da legislação aplicável.

16.2. Até ao termo do prazo previsto no calendário para a Audiência Prévia, os concorrentes poderão colocar todas as observações relevantes, que importem à proposta de classificação que lhes tiver sido atribuída pelo Júri, para o que poderão consultar, nas instalações da entidade promotora, e durante as horas de expediente, o relatório referido em 14.13.

16.3. Findo o prazo da Audiência Prévia o Júri elabora o relatório final.

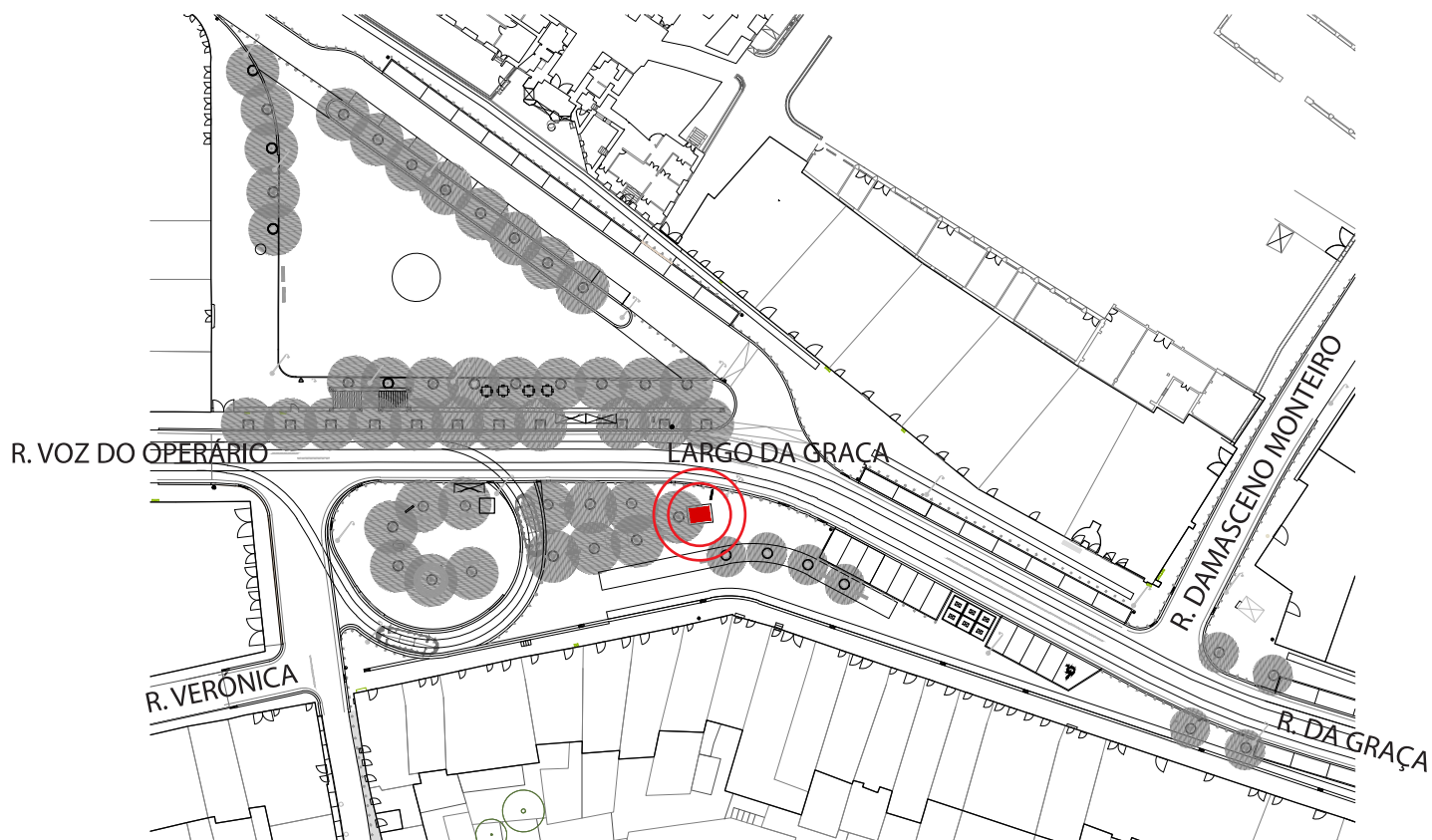
## **17. ANÚNCIO DO RESULTADO**

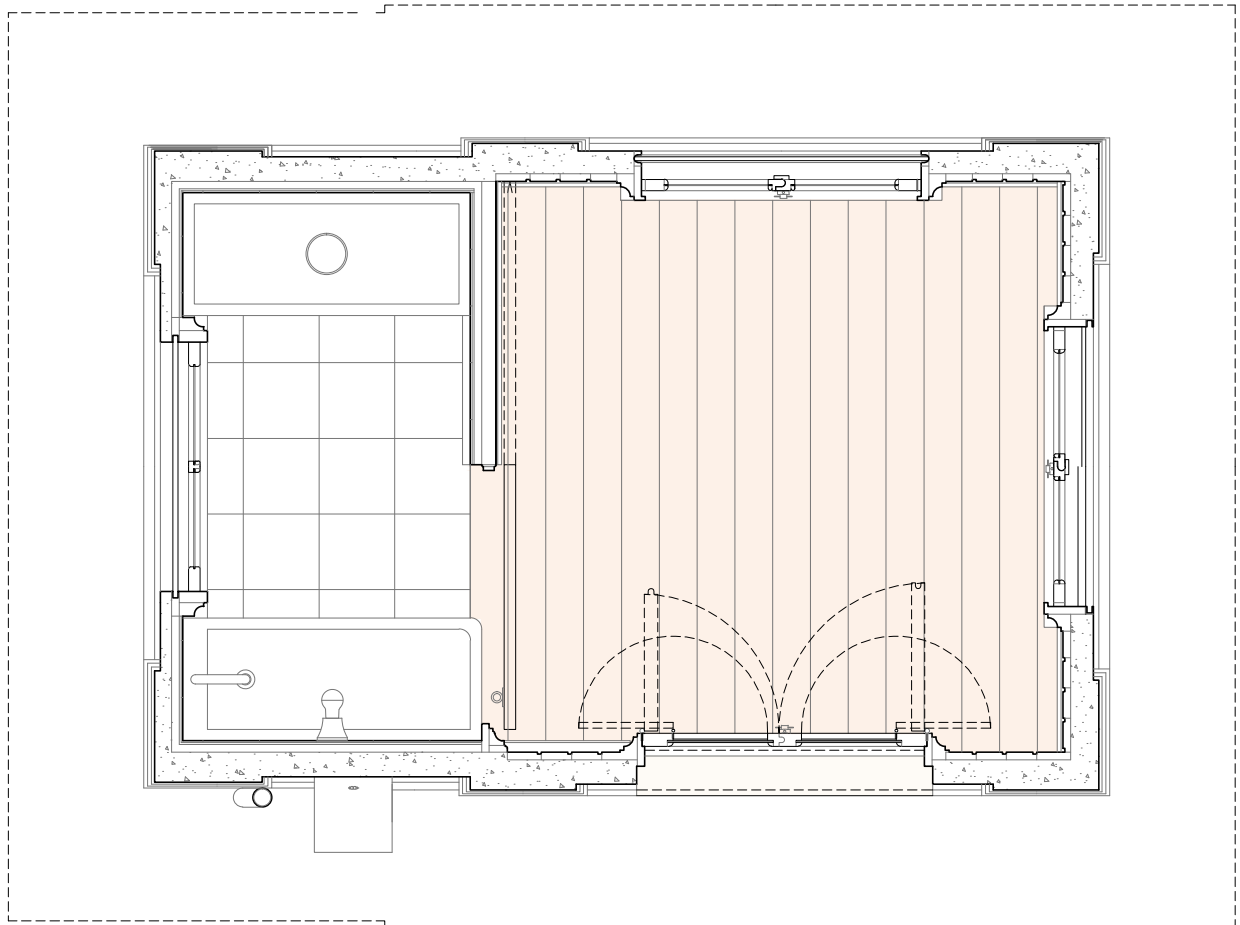
17.1. Todos os concorrentes serão notificados, por escrito, do resultado do Concurso, pela entidade promotora, logo após o seu encerramento, que ocorre à data de deliberação final do Júri, devidamente aprovada pela entidade promotora.

17.1.1. As notificações indicadas no número anterior serão acompanhadas de uma cópia do relatório final referido em 16.3.

## **18. CONFLITOS**

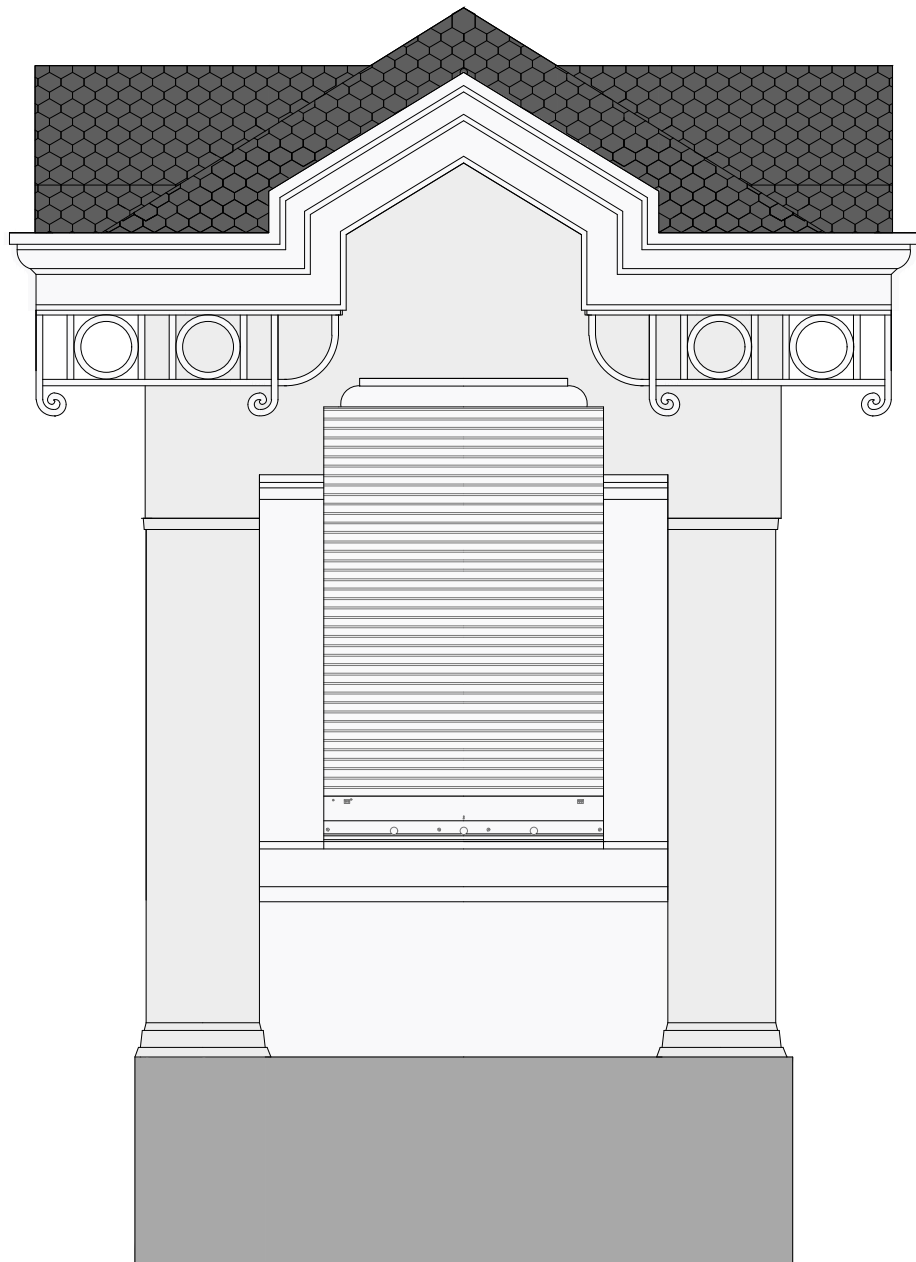
18.1 - No caso de conflito, a mediação será efetuada pelo Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa.

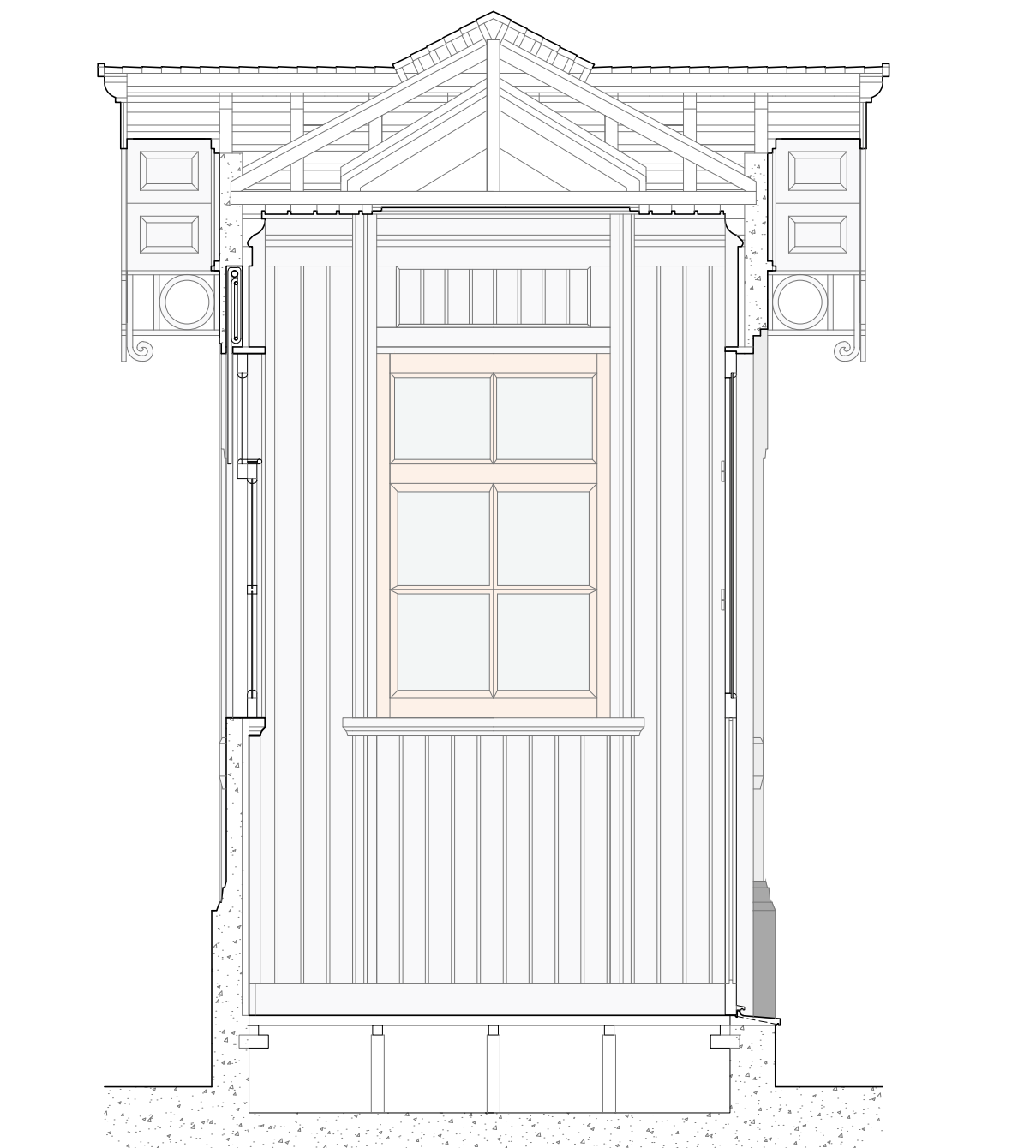














## **Declaração**

### **CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2017**

#### **DECLARAÇÃO**

Para efeitos de candidatura ao concurso 1/2017 – Concurso Público de Ideias para a Exploração do Quiosque sito no Largo da Graça, declaro sob compromisso de honra que não tenho dívidas à freguesia de São Vicente ou à Câmara Municipal de Lisboa.

---

Lisboa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017